



Defesa dos bens comuns contra as empresas transnacionais

Esta é a tradução do documento de insumo enviado pelo Secretariado Internacional para 6ª Ação Internacional da MMM com o lema “Marchamos contra as guerras e o capital, defendemos a soberania dos povos e o bem viver!”

A Marcha Mundial das Mulheres, em sua luta contra a pobreza e a violência contra as mulheres, vem avançando na análise sistêmica das estruturas sociais, culturais e econômicas que as sustentam. Na contínua avaliação e revisão das nossas agendas de luta, identificamos que, em relação à defesa de nossos territórios, algo que aparece com frequência é o enfrentamento às empresas transnacionais ou interesses transnacionais. Assim, desde a nossa 4ª Ação Internacional, passamos a propor como campo de ação a defesa dos bens comuns contra as corporações transnacionais.

Entendemos por bem comum tudo o que é necessário para sustentar a vida com dignidade: as sementes, a água, o ar, a terra, mas também a diversidade cultural, os conhecimentos e saberes que possibilitam a nossa alimentação, a comunicação, a educação e a manutenção dos processos produtivos, bem como nosso descanso, lazer e prazer. Também são bens comuns os serviços públicos como a educação, a saúde, a energia, os serviços digitais, o transporte, entre outros, que são indispensáveis para uma vida plena.

O conceito de bem comum tem como base as práticas culturais e a vivência de territórios onde os bens da natureza são geridos para a sustentabilidade do que é comum à comunidade. Para nós, o território não é apenas um espaço geográfico, e sim a rede material, emocional, cultural e de bens comuns que sustenta a vida e a torna possível.

As cidades também devem ser consideradas parte dos bens comuns, na medida em que são territórios onde a vida precisa acontecer de forma digna. Por isso, propomos cidades com moradias decentes, espaços comuns para recreação, cuidados, hortas comunitárias, serviços públicos ao alcance de todas as pessoas e geridos pelos cidadãos e cidadãs; ou seja, cidades concebidas como territórios comunitários e não como mercados ou centros de consumo.

As práticas que as comunidades desenvolvem para usufruir dos bens comuns sem comprometer o futuro da diversidade de vidas são uma forma de resistência no presente e uma estratégia para o futuro. É a partir dos feminismos populares que reconhecemos e visibilizamos quanto tempo, energia e conhecimento as mulheres dedicam a essas práticas.¹ O manejo do território feito pelas comunidades tradicionais recria continuamente a diversidade biológica necessária para ter ecossistemas fortes e saudáveis. As mulheres têm um papel fundamental nessa recriação contínua, já que são elas que domesticam espécies, guardam e trocam sementes, criam pequenos animais, transmitem conhecimentos sobre ervas medicinais, fazem o manejo de alimentos e água, entre outros.

Nas cidades, as experiências de cozinhas comunitárias, hortas urbanas, compostagem doméstica ou ciclos de compra direta de produtoras e produtores agrícolas criam espaços e relações que fortalecem os territórios e as mulheres. Muitas dessas experiências são decisivas para a construção de autonomia econômica e afetiva, permitindo que as mulheres deixem para trás relacionamentos abusivos, recuperem espaços que foram tomados ou destruídos pela especulação imobiliária ou por grupos armados legais ou ilegais, resgatem a memória de sabores e aromas destruídos pela indústria alimentícia.

Como aquilo que é comum implica comunidade, ele abarca também conflitos e contradições e a capacidade política de resolvê-los com respeito e construção de consensos. A decisão política compartilhada de organizar a vida de outra forma, renovada a cada novo desafio, e as alianças estabelecidas em diferentes níveis criam melhores condições para resistir às tentativas do Estado ou do mercado de instrumentalizar os bens comuns e nossas vidas.

A fragmentação dos bens comuns, seu “cercamento” e a desapropriação da gestão comunitária para privatizá-los estão na base da acumulação, na própria origem do capitalismo que, sendo um sistema de opressão múltipla, é também patriarcal, racista e colonialista.

¹ Como bem lembra Miriam Nobre em uma entrevista publicada pela SOF em: [https://www.sof.org.br/los-comunes-como-practica-tradicional-resistencia-en-el-presente-y-estrategia-hacia-al-futuro-d-esde-el-feminismo-nos-permite-otras-miradas-hacia-la-enorme-cantidad-de-tiempo-energia-y-conocimiento/#:~:text=Miriam%20Nobre%20\(MN\)%3A%20Entendemos,para%20disfrutarlos%20de%20manera%20compartida.](https://www.sof.org.br/los-comunes-como-practica-tradicional-resistencia-en-el-presente-y-estrategia-hacia-al-futuro-d-esde-el-feminismo-nos-permite-otras-miradas-hacia-la-enorme-cantidad-de-tiempo-energia-y-conocimiento/#:~:text=Miriam%20Nobre%20(MN)%3A%20Entendemos,para%20disfrutarlos%20de%20manera%20compartida.)



Nas nossas análises sistêmicas, identificamos que a lógica da acumulação, baseada nessa fragmentação dos bens comuns, privatização e exploração da natureza, é incompatível com a sustentabilidade da vida, não apenas da vida humana, mas também da vida do planeta.

As políticas neoliberais de privatização dos serviços públicos impostas por organizações financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, violam os direitos fundamentais de acesso à água, energia, alimentação saudável, moradia, saúde etc., e contribuem para o empobrecimento das comunidades, especialmente das mulheres, que são as primeiras a assumir os cuidados não garantidos pelo Estado e a serem excluídas dos serviços públicos, como educação e saúde.

Os acordos de livre comércio promovidos pelo norte global mantêm estruturas colonialistas, criando relações desiguais entre os países,. Ao buscar a flexibilização alfandegária, impõem preços injustos à produção local, além de um modelo de desenvolvimento baseado na exploração da terra e das comunidades. Tudo isso gera pobreza e dependência econômica.

As corporações transnacionais são uma das caras do capitalismo. São elas que avançam em nossos territórios usando a militarização e a violência como ferramentas de desapropriação, privatização e mercantilização dos bens comuns. São elas que usam organizações internacionais e impõem acordos de livre comércio que são desfavoráveis para as mulheres e povos.

Nos últimos anos, temos acompanhado a crescente concentração das cadeias globais de produção e distribuição. Fusões como as da Monsanto e da Bayer estão se tornando cada vez mais comuns, levando a uma maior concentração de poder com atuação simultânea em muitos outros setores da economia internacional e nacional, com maior capacidade de cooptar e chantagear o Estado e seus governos, que muitas vezes se tornam cúmplices dessas corporações.

Da mesma forma, vemos as empresas transnacionais incluírem as crises ambientais que elas mesmas produzem em seus planos de lucro. Ou seja, elas não buscam apenas mercantilizar a natureza, nossos corpos e territórios, mas também a própria crise, por meio de sistemas de

compensação como o de carbono ou plástico. Os danos que as empresas transnacionais estão causando à natureza não podem ser compensados de nenhuma forma. O desaparecimento de uma ilha na Ásia e, conseqüentemente, o desaparecimento de comunidades e de toda a teia da vida, não pode ser resolvido por meio de campanhas de responsabilidade social criadas pelas empresas responsáveis pela poluição. As centenas de comunidades que perdem suas casas por causa de incêndios ou enchentes não podem ser compensadas por políticas de responsabilidade ambiental fracas. Os povos que têm seus territórios afetados pela desertificação e pela falta de água não podem ser compensados com créditos de carbono. A perda de espécies animais e vegetais que coloca em risco nossa alimentação e a existência e reprodução de ecossistemas não pode ser compensada com créditos de plástico. Os sistemas de compensação são falsas soluções que não atuam na raiz da crise, que é uma crise do capitalismo patriarcal, racista e colonialista.

As empresas transnacionais agravam as injustiças sociais por meio de práticas que violam o direito ao trabalho decente. Elas promovem a desregulamentação do trabalho, levando à exploração e à intensificação das desigualdades de gênero, sexualidade, etnia e raça, classe e outras categorias sociais diferenciais. Como atores centrais da economia capitalista e colonialista, elas promovem o crescimento ilimitado e uma eficiência medida apenas em valores de mercado. As práticas das corporações transnacionais desestruturam as economias locais, introduzem monoculturas, impõem indústrias extrativistas, afastam os meios de subsistência tradicionais e degradam ou destroem os ecossistemas.

Também observamos uma captura corporativa das instituições internacionais e seus reflexos nos espaços regionais e nacionais. Desde a pandemia, vimos como instituições como a ONU e suas agências mudaram suas formas de operação, permitindo que as corporações transnacionais se tornassem cada vez mais ativas e visíveis na elaboração de políticas e se envolvessem diretamente na tomada de decisões, não mais apenas em espaços de incidência política e por meio de patrocínios.

A lógica da acumulação capitalista e a lógica da sustentabilidade da vida são conceitos irreconciliáveis

A crise que estamos vivendo não é apenas uma crise climática. É uma crise multidimensional que afeta o clima, a biodiversidade, o cuidado e que leva ao deslocamento de comunidades, privando-as de seus territórios e da capacidade de sustentar suas vidas.

A crise não é mais uma previsão, os eventos climáticos extremos estão se tornando mais frequentes, mais intensos e devastadores, especialmente para as mulheres. “Acorda, humanidade, não há tempo!” Esse é o chamado de Berta Cáceres que continuamos ecoando.

Em nossas experiências de apoio a comunidades que sobreviveram a desastres naturais ou foram removidas por motivos ambientais, vemos que a violência e a exclusão sofridas pelas mulheres, pela comunidade LGBTQI+, povos indígenas e pela população negra são ainda piores. A violência sexual se torna mais frequente. A remoção torna mulheres, meninas e adolescentes mais vulneráveis ao tráfico de pessoas, à escravidão sexual e à prostituição em troca de comida. As relações de opressão patriarcais e racistas são exacerbadas, e mesmo aquelas práticas que supostamente haviam sido superadas acabam voltando nesses contextos. Além disso, mulheres, adolescentes e meninas ficam ainda mais sobrecarregadas e são mais demandadas nos trabalhos de cuidado.

Mas não são só a natureza e nossos povos que estão em crise. O próprio capitalismo está em crise e, para sair da crise, o sistema explora ainda mais a natureza e expande suas fronteiras de exploração. Nesse contexto, observamos que as propostas do capitalismo verde têm resultado em novas formas de negócio e mercantilização da natureza.

A transição energética capitalista sacrifica territórios inteiros, soterrando-os sob parques eólicos ou painéis solares, ou gera falsas expectativas em relação à superação da crise climática ao apresentar soluções tecnológicas que abrem outros campos de exploração para a mineração, como o lítio. Todas essas falsas soluções não vão à raiz do problema: o modelo de produção e consumo não é sustentável. Precisamos mudar esse modelo formado por empresas capitalistas transnacionais e seus megaprojetos, que não enxergam nada além do lucro.

Nessa nova ofensiva de exploração da vida, temos o capitalismo digital. Nele, os dados se tornaram um novo fator de acumulação de capital, o que é chamado de datificação. Essa é mais uma fronteira de exploração sobre os bens comuns, com o uso de nossas informações, gostos e hábitos. Os dados não existem para serem coletados, nós os produzimos em nossas relações, interações, em nossos corpos em movimento, na agricultura camponesa, em nossa alimentação, em nossos gostos pessoais ou na comunicação. Tudo o que fazemos pelo celular, pelo computador ou em frente às câmeras e sensores instalados pelas cidades e pelo campo gera dados que são apropriados e monopolizados pelas corporações, que contam com infraestruturas (softwares, hardwares e servidores) capazes de se apropriar de nossas vidas. O capitalismo digital não só viola a nossa privacidade como também impõe um consumo insustentável de energia, altamente dependente da mineração.

Tentam nos convencer de que não existem alternativas, mas nós sabemos que elas existem. Mulheres e comunidades constroem diariamente hortas urbanas, cozinhas comunitárias, cooperativas que buscam transformar resíduos de plástico em recursos, fazem feiras de troca de alimentos, bancos de sementes não transgênicas, entre muitas outras iniciativas. Nos empenhamos em recuperar e construir nossas soberanias territoriais, energéticas, comunicacionais e alimentares.

Nossas denúncias

Denunciamos que essa crise é multidimensional: climática, de biodiversidade, de cuidados, de migração, de perda de territórios, e é produto de um modelo político-econômico que despreza a vida, explora a natureza, a vida das mulheres e os bens comuns apenas para gerar lucro para as elites. Ou seja, a "crise" é fruto do modelo de produção, distribuição e consumo imposto pelo capitalismo.

Não acreditamos em falsas soluções que buscam sustentar esse mesmo modelo de produção e consumo. Não é possível pôr fim a essa crise multidimensional com fontes alternativas de energia que dependem da exploração ilimitada de territórios, do extrativismo, da desapropriação de territórios de comunidades negras, indígenas, tradicionais e agrícolas.

Os acordos de livre comércio e as organizações financeiras, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial, a União Europeia, a USAID etc., impõem esse modelo de desenvolvimento capitalista. Para isso, forçam políticas econômicas e condições legais que beneficiam a inserção dos poderes das corporações transnacionais, dos megaprojetos de mineração e de energia que implicam a privatização da água, das florestas, da terra e a retirada dos direitos de comunidades inteiras.

Denunciamos que as corporações transnacionais, em seus processos de cooptação de governos e Estados, promovem políticas de extermínio contra pessoas que defendem territórios e criminalizam suas lutas. As corporações promovem guerras pelo controle de recursos minerais.

Denunciamos que os milhões de hectares queimados na Amazônia são de responsabilidade do agronegócio, que busca expandir seus territórios para o cultivo de soja ou milho para a produção de biocombustíveis.

Denunciamos o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, instituições financeiras antidemocráticas e impunes que há 80 anos vêm conduzindo políticas fracassadas para os povos e o planeta. Austeridade e miséria planejada, golpes de Estado e regimes ditatoriais, privatização de direitos básicos e perda de soberania, dívidas socioecológicas e climáticas, apropriação neocolonial de territórios inteiros, promoção de combustíveis fósseis e extrativismo sem limites, guerras e repressão, migrações forçadas em massa são apenas uma pequena amostra de seu histórico. Rejeitamos a pretensão do FMI e do Banco Mundial de serem os porta-estandartes e garantidores da chamada “transição verde” diante da crise que eles mesmos seguem alimentando.

Denunciamos a presença dos poderes corporativos transnacionais na ONU e em outras organizações internacionais. Essas instituições hoje, longe de garantir o exercício dos direitos humanos, transformaram-se em instrumento de legitimação das falsas soluções para a crise multidimensional que estamos sofrendo. Denunciamos também o extrativismo que essas agências internacionais praticam em relação aos movimentos sociais. Resistimos e lutamos

constantemente contra a apropriação e esvaziamento das nossas propostas e conhecimentos praticados por esses organismos, que tentam limitar o horizonte de transformação das nossas propostas. Nossas propostas se organizam em torno da ideia de sustentabilidade da vida, com a reorganização de toda a sociedade para esse fim, e não incluem de forma alguma a conciliação ou pacto com o sistema capitalista, patriarcal, racista e colonialista imposto nos últimos 500 anos.

A privatização de bens comuns e serviços públicos transforma em privilégio o acesso à água, à energia, à moradia, à educação e aos direitos fundamentais para o desenvolvimento de uma vida digna. Ela aumenta as desigualdades que a exclusão produz entre a população e afeta mulheres, meninas e adolescentes de forma particular e com maior impacto. Ainda é um fato naturalizado em muitas partes do mundo que, se uma família tiver que escolher quem enviar para a escola, ela preferirá enviar o filho e não a filha. Da mesma forma, são as mulheres, principalmente, quem têm que caminhar longas distâncias para buscar água para suas casas. Também são elas quem precisam abandonar o trabalho remunerado quando alguma pessoa da família adoece e precisa de cuidado.

Denunciamos a instrumentalização da narrativa em defesa dos direitos das mulheres e da natureza para justificar guerras e ocupações imperialistas.

Denunciamos o extrativismo de dados e seu uso como arma contra processos democráticos e alternativas que desafiam o modelo estabelecido.

Nossas propostas

Propomos a construção de **soberanias populares** com base no reconhecimento do conhecimento e das práticas acumuladas em soberania alimentar, energética, tecnológica e de comunicação e autogoverno em nossos territórios. Para nós, construir soberanias populares significa lutar contra a violência patriarcal que alimenta o monstro do capitalismo colonialista

e racista. Uma comunidade ou povo soberano é aquele que tem controle democrático sobre os processos e sistemas sociais que garantem sua existência.

Na Marcha Mundial das Mulheres, reivindicamos **a soberania sobre corpos e territórios**. Com o nosso mote, “mulheres livres, povos soberanos”, sintetizamos que, para nós, a luta pelas soberanias populares está entrelaçada a um corpo que é mais do que aquilo que carregamos debaixo da pele e a um território que não se resume a um espaço geográfico. Tanto o corpo quanto o território são uma teia de relações sociais que estão incorporadas uma à outra, e é por isso que nos esforçamos para entrelaçar nossas lutas.

Reivindicamos a **economia feminista** como estratégia para enfrentar o capitalismo racista e patriarcal e construir sociedades baseadas na sustentabilidade da vida. Isso implica que nenhuma dívida é mais importante do que a garantia de serviços públicos e que nenhuma vida é mais importante do que outra. Que precisamos nos reconhecer como seres interdependentes, que precisamos cuidar e receber cuidados e que, como qualquer outra vida no planeta, somos partes de ecossistemas e que a nossa sobrevivência depende deles.

Uma **justiça ambiental** que articule a diversidade de sujeitos políticos (mulheres, povos, comunidades e movimentos sociais) em torno de agendas políticas orientadas para a democratização do poder e a soberania dos povos, a construção da agroecologia, a desmercantilização da natureza, o desmantelamento do poder corporativo e a desmilitarização. A atual crise multidimensional tem um impacto específico sobre as mulheres, as comunidades indígenas, a população negra, com diferenças entre os povos do norte e do sul global. Esse impacto específico é determinado pelo colonialismo, patriarcado e racismo, elementos de opressão que são fundamentais para a manutenção do sistema capitalista.

Uma **transição energética justa**, com um debate franco sobre qual modelo de energia poderá de fato garantir a vida no planeta. É fundamental chegar a um acordo sobre os princípios e as práticas que orientam uma transição energética justa, feminista, antirracista, anticolonialista e anticapitalista. Uma transição que reconheça a interdependência de todos os seres vivos do planeta, bem como a nossa ecodependência.



Soberania alimentar e agroecologia a partir da nossa visão feminista e participação nos espaços de construção, debates e lutas por soberania alimentar. O conceito de soberania alimentar, que compartilhamos com a Via Campesina e movimentos aliados, afirma que não basta apenas ter o que comer, mas que a população deve ser capaz de decidir sobre a qualidade dos alimentos que consome e como produzi-los e distribuí-los sem prejudicar outros modos de vida. Nós, mulheres, lutamos por uma relação com a terra que esteja a serviço da vida e da diversidade dos modos de vida.

Recuperação da nossa história de luta, com construção de poder popular, permitindo aprofundar o resgate e a elaboração dos nossos próprios conhecimentos. Isso se dá por meio de processos de formação política que contribuem para a construção coletiva de soluções reais para a crise multidimensional que o planeta está sofrendo.